

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.040

# A ESCOLA INCLUSIVA: À LUZ DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Jackelinne Nathya de Sousa Nogueira<sup>1</sup>

Heloiza Aline Pereira Silva<sup>2</sup>

Olga Maria da Fonseca e Silva Dias<sup>3</sup>

Vera Lúcia Rodrigues Paula<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente estudo investigou a temática da atuação dos professores das salas de recursos multifuncionais, diante dos desafios, das necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial – APAEE, almejando momentos inclusivos à luz do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Objetivando identificar a visão que os docentes estabelecem à referida modalidade de ensino, bem como analisar as motivações e as dificuldades enfrentadas. Como metodologia utilizamos pesquisa bibliográfica e documentos que clarificaram ideias e conceitos relacionados ao tema. Este estudo também se enquadra em uma pesquisa qualitativa, pois foram realizadas entrevistas semiestruturadas com questões abertas, com professores da sala de recursos multifuncionais da rede de ensino de Mossoró-RN, a fim de compreender as percepções dos profissionais envolvidos no AEE. Como resultados, foi possível entender que não há uma receita pronta para cada especificidade de atendimento nem se dá de forma assistencialista, mas no decorrer dos acontecimentos vai se criando e reinventando possibilidades educativas que atendam às diferenças individuais, contribuindo para que todas essas crianças ultrapassem os

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEL, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, [jackelinnenathya@hotmail.com](mailto:jackelinnenathya@hotmail.com) ;

2 Mestra pelo Curso do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - RN, [heloizaaline@alu.uern.br](mailto:heloizaaline@alu.uern.br) ;

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEL da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. [olgadias82@hotmail.com](mailto:olgadias82@hotmail.com) ;

4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEL da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, [vera.rodriques.uern.t4@gmail.com](mailto:vera.rodriques.uern.t4@gmail.com)

limites culturalmente enraizados que dificultam o progresso de sua aprendizagem. É necessário, portanto trabalharmos a educação como prática da liberdade, no que tange ao AEE, a inclusão e diversidade, ou seja, tomar como responsabilidade a formação de cidadãos críticos, éticos e respeitosos, tendo como base a aceitação e a valorização de si e do outro.

**Palavras-chave:** Inclusão, respeito à diversidade, Atendimento Educacional Especializado

## INTRODUÇÃO

As motivações que despertaram o interesse pelo tema apresentado surgiram da inquietação em vivenciar constantes críticas a respeito da implantação das salas de recursos multifuncionais que desenvolvem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no quadro da educação infantil do município de Mossoró/RN, em relação à oferta de formação complementar e sobre como acontece o trabalho dos professores atuantes no AEE.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BEDAQUE, 2015, p. 20).

O principal foco desta investigação é identificar a visão que os docentes estabelecem sobre a referida modalidade de ensino, bem como buscar analisar as percepções dos professores acerca do seu trabalho no AEE, as motivações e as dificuldades enfrentadas. Diante disso, essa proposta de pesquisa está direcionada a aprofundar o debate sobre o real papel da escola inclusiva e a respeito das percepções do pensar/fazer do professor atuante no AEE.

Para realizar este estudo de natureza científica, primeiramente, necessitamos de subsídios metodológicos para sua realização e eficácia, tendo em vista que a construção de um estudo deve ocorrer de maneira sistematizada, obedecendo determinados padrões para sua execução e aceitação, posto que um trabalho sem um roteiro não oferece condições de conhecimentos viáveis sobre o seu percurso.

Esta experiência visa contemplar o objetivo da pesquisa que irá analisar as percepções dos professores que atuam no AEE do município de Mossoró/RN, acerca do seu trabalho e da formação proporcionada aos alunos, identificando suas motivações para atuar no programa e as dificuldades enfrentadas.

## METODOLOGIA

Inicialmente utilizaremos de uma pesquisa bibliográfica, a qual se fundamenta na perspectiva de um estudo teórico para nortear ideias e conceitos relacionados ao tema pesquisado, apoiando-se na compreensão de que o trabalho de pesquisa deve oportunizar uma discussão com embasamento teórico e metodológico para formação de conceitos e ampliação do conhecimento acerca da temática abordada. Com base nessa premissa, o estudo apresenta uma pesquisa fundamentada na reflexão de leituras de textos de autores diversos que abordam as questões inerentes ao exercício da profissão docente na educação profissional.

De forma mais focada, Gil (2002) esclarece:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (p. 44).

Gil (2002) defende que boa parte dos estudos que procuram gerar maior familiaridade com o tema são desenvolvidos exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Considera a pesquisa bibliográfica como sendo um estudo de documentos de cunho científicos, ou seja, materiais já publicados como livros, enciclopédias, periódicos, dicionários, ensaios e artigos científicos.

Assim, analisaremos documentos como as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução N° 04, de 02 de outubro de 2009); Decreto N° 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, onde poderemos visualizar os direcionamentos da modalidade de ensino.

Em seguida será analisado como o AEE organiza suas ações educativas por meio das leis que o regimentam. Para tanto, serão realizados estudos documentais. Salientando que esse momento em uma pesquisa documental, que segundo Oliveira (2008) se caracteriza pela busca de informações em documentos não considerados científicos, mas apenas documentais, tais documentos

são fonte de dados que se investiga e são capazes de comprovar algum fato ou acontecimento.

Este estudo também se enquadra em uma pesquisa de cunho qualitativo, pois serão realizadas entrevistas semiestruturada abordando a visão dos docentes envolvidos no AEE, bem como identificar as motivações e as dificuldades enfrentadas por esses professores atuantes no AEE.

Nessa metodologia “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16). Esses dados são geralmente recolhidos em contexto naturais, sem necessariamente se levantar ou tentar comprovar hipóteses ou medir variáveis, buscando apreender as diversas perspectivas dos sujeitos e os fenômenos em sua complexidade.

Mediante o anunciado, a abordagem qualitativa é também denominada naturalista “[...] porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas” (BOGDAN; BIKLE, 1994, p. 17).

Assim, afirmam Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa surgiu de um campo inicialmente dominado por práticas de mensuração, elaboração de testes de hipóteses variáveis etc., da qual “[...] alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (Idem, p. 11). Deste modo está será utilizada para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, que será realizada com no mínimo três professores do AEE da rede municipal de ensino de Mossoró/RN, a fim de apreender suas percepções adquiridas ou desenvolvidas ao da atuação no AEE. Pontuando assim que “há algo que o entrevistador está querendo conhecer, utilizando um tipo de interação com quem é entrevistado, possuidor de um conhecimento, mas que irá dispô-lo de forma única, naquele momento, para aquele interlocutor” (SZYMANSKI, 2002, p. 14).

E, para dar um fio condutor na pesquisa, após esses desdobramentos anteriormente apresentados, faremos a interligação entre o objetivo do AEE, a visão dos docentes e as exigências da educação especial. Deste modo, tem-se uma pesquisa que reúne diferentes abordagens metodológicas, mas com o único motivo de inferir sobre a visão do docente do AEE, seus anseios e superações no trabalho proporcionado aos alunos (crianças) público-alvo deste atendimento.

Portanto, considera-se a temática desenvolvida nesta pesquisa pertinente à formação docente, pois amplia as discussões em torno do fazer pedagógico inerente à prática docente quanto ao desenvolvimento da ação-reflexão-ação (FREIRE, 2005). Também contribui para novas discussões acerca dos conhecimentos e de como o docente enxerga a educação especial, bem como se esta atuação/formação está sendo válida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os avanços contemporâneos da inclusão escolar é notório que há lugares “escolares” bem preparados para acolher e trabalhar com respeito às diferenças. Mas, infelizmente, algumas escolas ainda não oferecem uma estrutura adequada, com pessoas qualificadas, recursos apropriados e famílias que interagem com o processo de desenvolvimento das crianças.

Falta recursos humanos e materiais como as salas de recursos multifuncionais que segundo os textos legislativos já deveriam se fazer presente em todas as escolas; os profissionais já deveriam estar capacitados e as escolas preparadas para a chegada dos alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado. Segundo Mantoan (2003 p.8) “É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! “. A mesma autora afirma ainda que “São tantos os percalços, mas tantas as alegrias, que vivemos nesta lida de escola... A gente deixa passar, mas não devia” (MANTOAN 2003, p. 7).

Contudo, a escola recebe os alunos com necessidades educacionais especializadas, mas estes, muitas vezes estão apenas passando pelas escolas sem terem as suas necessidades supridas, sem terem a chance de desenvolverem as suas capacidades por falta de atendimento especializado de acordo com as suas especificidades. E, para garantir os direitos dessas crianças, é preciso que lutemos para que a inclusão realmente aconteça no contexto escolar – um fator que é primordial para a construção de espaços de aprendizagens significativas.

No entanto, um significativo ganho dos textos normativos discussões atuais sobre a educação especial é o fato de estarmos reconhecendo também que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano, reconhecendo ainda a diversidade das pessoas com deficiência e a necessidade de promover

e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio.

Nesses termos, o propósito da Convenção (Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009) é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (BRASIL, 2009).

Contudo, infelizmente, ainda é possível identificar uma certa carência no cumprimento de alguns pontos elencados na legislação, ou seja, as pessoas com deficiência, na sua maioria, ainda continuam a enfrentar barreiras contra a sua participação como membros iguais da sociedade. Violações de seus direitos humanos acontecem em todas as partes do mundo e, apesar dos avanços que temos, esse fato ainda é recorrente.

Neste contexto de respeito às diferenças é de fundamental importância que o professor saiba da importância de conhecer a criança que está atendendo, que perceba que cada um de seus alunos em sua condição física e/ou intelectual não pode ser tratado com privação. Por isso é importante que não lhes seja negado experiências sensoriais, considerando a necessidade de estímulos para que possam aprender e compreender as informações recebidas.

Conforme vemos em Brasil (2003):

“Piaget afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas. ‘O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas’. [...] Dessa maneira, percebemos as ações da criança sobre o meio ao fazer coisas, brincar e resolver problemas podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca” (p. 19).

Assim, o professor deve ter essa reflexão bem clara para que não negue esse direito da criança. É necessário saber também que o aprendizado tem início muito precoce, ou seja, é necessário iniciar um bom trabalho logo nos primeiros anos de vida da criança com deficiência. É importante destacar que a criança com deficiência física e/ou intelectual não pode estar em um mundo à parte para desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais. Neste caso, é preciso que o educador tenha claro em sua mente a importância de oferecer

à criança com deficiência o apoio necessário – seja tecnológico e/ou de reabilitação – em constante interação com o ambiente ao qual pertence.

Neste aspecto da aprendizagem é fundamental o contato da criança com a sala de aula, com as outras crianças, para que ela possa desenvolver habilidades de fala. O ambiente escolar é para a criança um espaço de interação de uns com os outros. É nesse espaço que os estudantes interagem, brincam e aprendem a se socializar, bem como trazem inúmeros outros benefícios. Portanto, esses aspectos mencionados são de extrema importância para o educador, ou seja, em um espaço educacional, da mesma forma que uma criança dita “normal” deve ser estimulada, a criança com deficiência (s) também deve ser estimulada.

Sapon-Shevin (1999) deixa claro em seu texto *Celebrando a diversidade, criando a comunidade* que a diversidade existe e que não deve ficar estagnada e oculta aos olhos da escola, mas deve ser trabalhada e implantada no programa, no currículo escolar e na própria prática pedagógica do profissional docente, de forma que se adéque às dificuldades, habilidades, especificidades e origens dos alunos. É importante também que o professor esteja aberto a um olhar sensível para assim desenvolver um trabalho inclusivo em sala de aula, a fim de criar comunidades escolares que reflitam sobre a temática e respeitem a natureza multicultural e multifacetada de seus alunos, ensinando-os maneiras de como reagir às injustiças e às desigualdades raciais, étnicas, sociais, culturais e de conhecimento.

Para tornar a escola atual curricularmente inclusiva é necessário, de acordo com Sapon-Shevin (1999), transformá-la em uma comunidade que seja segura e protetora das diversidades, ou seja, tornar a escola um lugar em que seja possível conviver com as diferenças e com as semelhanças de forma harmônica, levando às crianças uma mensagem de ética e respeito à integridade do ser humano. As escolas inclusivas devem almejar, portanto, a capacitação de “todas as crianças a melhorarem suas próprias situações e as de seus colegas” (SAPON-SHEVIN, 1999, p. 302). E podemos afirmar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) veio contribuir para que essa inclusão seja possível.

Para tanto, acreditamos que várias ações podem ser trabalhadas para desenvolver ações inclusivas nas escolas, pois o assunto de inclusão ultimamente vem sendo abordado com muita constância, mas nada de concreto tem sido feito. Alguns professores depõem que essa “inclusão” nas escolas está, aparentemente, excluindo ainda mais os alunos, por exemplo, coloca-se uma



criança com determinada deficiência na sala de aula e a deixa reservada com um profissional exclusivo, portanto, separada dos demais alunos.

Isso acontece porque ainda está estagnada no seio da sociedade a ideia de que inclusão é apenas uma matrícula na escola ou, num sentido de senso comum, “jogar” a criança com deficiência no meio de outras ditas normais sem promover interações, prejudicando assim, o real significado da palavra inclusão, que é introduzir, inserir. Para fortalecer essa ideia, referenciamos Carvalho (2004), que em seu livro *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*, defende a ideia de que “a educação inclusiva, para atender a todas as finalidades da escola, deve promover a integração entre todos os alunos” (p. 111), e não os separar ou diferenciar atendimentos como o que se vê atualmente.

Carvalho (2004) ainda nos diz que a escola, na perspectiva da inclusão, deve preocupar-se com a remoção das barreiras para a aprendizagem e para a participação. Deve-se sempre expor que a diversidade está presente e que também deve existir o respeito, o apoio e a aceitação do diferente. Para Mantoan (2011), “só se consegue atingir esse sucesso quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada” (p. 2).

Surge então a necessidade de transformação da prática pedagógica nas escolas. *A priori* os professores devem excluir a ideia errônea de defender um ponto de vista pessoal, passando a trabalhar pautadamente na integração de todos os alunos, não evidenciando cor, religião, família, deficiência física, intelectual, entre outras diversidades, mas ensinar a perceber as diferenças, a apoiar os demais colegas e a serem agentes ativos da mudança (SAPON-SHEVIN, 1999).

Independentemente da idade, os alunos podem exercer o senso crítico a respeito das diferenças. O pontapé inicial para esta criticidade seria perceberem-se como seres ativos e participantes de uma sociedade desigual, mas que pode ser mudada a partir de suas atitudes. Essa mudança de ideais pode ser iniciada na própria escola com a ajuda mediadora do professor que, também, deve reconhecer-se como agente transformador capaz de enfrentar e desafiar os estereótipos e os comportamentos discriminatórios.

No entanto, é forte o problema da interação nas escolas, acarretando assim todas as dificuldades e desafios a enfrentar como, por exemplo, uma má estrutura física, apoio administrativo, falta de recursos pedagógicos e falta de

profissionais qualificados para conseguir oferecer uma ensino-aprendizagem de qualidade aos estudantes público alvo da educação especial (EPAEE).

A partir desta inquietação – e de estudos – é importante perceber que já temos mudanças em direção à construção de possibilidades de pensar e agir de forma inclusiva no contexto escolar; e o AEE é uma alternativa para isso, pois junto aos estudantes (PAEE) e aos professores do ensino regular, ele oferece suporte para um atendimento que respeita às diferenças. Neste contexto, seguimos no percurso de investigar quais são os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos professores das salas de recursos multifuncionais atualmente em escolas municipais de Mossoró/RN.

## **PERCEPÇÕES DO PROFESSOR ACERCA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERECIDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ – RN**

Nossas reflexões iniciais trouxeram interessantes elementos teóricos sobre a importância da inclusão escolar e o respeito à diversidade, levando em consideração o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Considerando alguns teóricos e legislações em vigor, a partir de agora propomos tratar desses elementos à luz das experiências formativas de três professores(as) atuantes nas salas de recursos multifuncionais, objetivando uma coerência com as reflexões do nosso quadro teórico até o momento discutido. Vamos nomear os professores como ‘Professor 1’, ‘Professor 2’ e ‘Professor 3’, para preservar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa.

Na primeira pergunta, quando pedimos para descrever “o que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE)? O que esperar dele?”, a maioria dos professores atentou para uma visão ampla do AEE, destacando em cada fala que o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para facilitar a participação dos alunos, nas salas de aula comum, considerando suas necessidades específicas.

De forma mais focada, o Professor 3 colocou que embora essas atividades se diferenciem das realizadas em sala de aula de ensino comum, o atendimento nas salas multifuncionais se sincroniza em atividades pedagógicas visando contribuir com mudanças significativas na efetiva participação e aprendizagem dos alunos. Afirmando assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº. 7.611/2011, nos diz que:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2011).

Ao questionar os professores sobre quais são as ações desenvolvidas por meio do AEE na sua sala de aula, o Professor 3 trouxe a reflexão acerca deste atendimento. Vejamos:

São organizadas estratégias pedagógicas que são realizadas tanto na sala de AEE, como nos demais ambientes escolares; registrados em planos de aulas e em anotações, conforme foi realizada a tarefa do dia. São produzidos materiais didáticos e pedagógicos acessíveis considerando as necessidades de cada aluno que são atendidos individualmente, duas horas por semana, estabelecendo uma articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da UEI visando a disponibilização dos recursos e serviços; orientando os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação; desenvolvemos também atividades próprias do AEE como o ensino da LIBRAS para alunos surdos, ensino do sistema Braille ou atividades ampliadas ou uso de lupas, para facilitar o entendimento e avançar nos conteúdos estudados (excerto da fala do Professor 3).

É importante destacar que as estratégias metodológicas de trabalho ficam na responsabilidade de cada professor do AEE, para que ele possa articular qual o atendimento mais adequado para cada necessidade atendida. São atendidos tanto as crianças matriculadas na referida Unidade de Educação Infantil (UEI) como as crianças de escolas adjacentes.

Na terceira pergunta, quando pedimos para os entrevistados citarem sua opinião sobre o que diferencia as atividades do AEE do ensino desenvolvido em sala de aula comum, os professores praticamente citaram as mesmas reflexões. Para eles, as atividades da sala do AEE são realizadas de forma lúdica e com o

uso de materiais didáticos que realmente desperta a atenção e o interesse da criança, que propiciam mais oportunidade de compreensão, de questionamentos sobre o que se aprende. Destacamos a resposta do Professor 1:

Na verdade, não temos a receita pronta para cada especificidade, nem se dá de forma assistencialista, mas que no decorrer dos acontecimentos, vai se criando e reinventando possibilidades educativas que atendam as diferenças individuais, contribuindo para que todas essas crianças ultrapassem os limites culturalmente enraizados que dificultam o progresso da sua aprendizagem (excerto da fala do Professor 1).

É importante frisar que a estratégia e o esforço de cada professor para oferecer um atendimento de qualidade é muito relevante a fim de alcançar realmente uma inclusão e atender ao atual cenário da educação que se configura na busca por um ambiente acolhedor e que propicie a não exclusão escolar das pessoas público alvo da educação especial - PAEE, propondo dessa forma, programas sociais que garantam o acesso permanente do aluno no ensino regular e inclusivo.

Os três professores entrevistados afirmaram que o público do AEE deve ser formado por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Como afirma o documento,

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2007)

Um dos pontos de destaque na entrevista foi a fala do Professor 2 ao responder o questionamento “você tem sugestões a fazer para aperfeiçoar o serviço do AEE na sua escola, para melhor atender os alunos que são atendidos por este serviço?”. Ele falou da grande necessidade de ter mais apoio tanto dos colegas professores da sala comum e especialmente da equipe gestora da unidade de ensino que, segundo o Professor 2, na maioria das vezes, não reconhecem nem apreciam o trabalho realizado na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa questão levantada pelo professor muito nos recorda a desvalorização que ocorria em relação ao ensino inclusivo, que por muito tempo foi tido como esquecido.

Quando questionamos sobre quais seriam as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nas salas de AEE, unanimemente, os professores responderam que é a falta de reconhecimento da importância do AEE para o desenvolvimento das crianças, e também a falta do envolvimento de toda a equipe escolar no processo de inclusão, fato este que deve estar presente em toda comunidade escolar. Os professores ainda destacaram que é preciso mais aproximação do professor da sala comum com o do AEE.

Para o Professor 1, “existe uma distância entre o professor da sala comum com o professor do AEE que muitas das vezes incômoda”.

Destaco o capítulo VI §2 do Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011, ao reger que “os alunos PAEE tem o direito a escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento na sala de recurso multifuncional para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação” (BRASIL, 2011), visto que é de extrema importância o atendimento da criança PAEE no contra turno, ou seja, que o professor do atendimento educacional especializado precisa deste apoio com o professor da sala comum a fim de alcançar um trabalho positivo. Além disso, é preciso que a criança tenha uma vida ativa e interativa com as demais crianças para que ela possa descobrir diferentes formas de se desenvolver, interagir e socializar.

Nas entrevistas, quando levantamos o questionamento sobre “qual a importância do AEE para os alunos que se beneficiam dele”, os principais aspectos mencionados pelos professores em relação à importância da modalidade de ensino para os alunos foram o valor da singularidade de atendimento, ou seja, os professores do AEE buscam atender as especificidades de cada aluno. Podemos afirmar com a fala do Professor 2:

O AEE é de real valor, pois buscamos sempre possibilidades que venham atender as necessidades em sua singularidade, garantindo a construção de possibilidades de aprendizagens, por garantir a participação nas atividades e possibilidades de novos conhecimentos (excerto da fala do Professor 2).

Em relação aos recursos utilizados para facilitar a aprendizagem de alunos com transtorno(s) e/ou deficiência(s), os professores destacaram entre os muitos recursos: material pedagógico para o ensino da Libras, Língua Portuguesa na modalidade escrita para pessoas com surdez; informática acessível; jogos pedagógicos e de encaixes, entre outros recursos construídos que são relevantes às especificidades de cada aluno.

A importância do papel da escola e da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças, e em especial, para aquelas PAEE, é de extrema importância para que os avanços sejam possíveis de serem alcançados.

Ao observar a atuação de um aluno com deficiência na sala de aula comum, percebemos o quanto essa inclusão é positiva. A escola exerce um papel fundamental na vida destas crianças ao promover e estimular seu desenvolvimento, oferecendo um apoio moral com profissionais qualificados e tecnológico (TA) tornando-o um ser capaz de superar suas dificuldades (excerto da fala do Professor 1).

Nesta perspectiva, chegamos ao entendimento que devemos “acabar” com essa questão de dar identidades as nossas crianças “normais/especiais” – devemos tratá-las com igualdade e não com exclusões. Devemos acreditar acima de tudo na criança como autora de seu percurso, pois assim é possível buscar a supressão da identificação dos alunos por uma de suas características. É fundamental ter claro que o objetivo da educação inclusiva é conceber a escola como um espaço para todos, para as diferenças, visto que cada criança, cada jovem, cada aluno tem as suas diferenças. Ou seja, todos se igualam pelas suas diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura realizada podemos apontar algumas percepções sobre o tema abordado. Primeiramente, apontamos a importância que deve ser dada nas escolas às questões culturais e pessoais de cada aluno, percebendo as particularidades como algo a ser somado, para a construção de cada um dos seres que ali estão para viver momentos de aprendizagens e de interações. No entanto, observamos também, que apesar do tema diversidade já estar ganhando espaço no ambiente escolar, ainda tem sido trabalhado de forma muito pontual, não respondendo às demandas existentes para a implementação das mudanças tão necessárias no cenário educacional atual. Ainda há muitas barreiras e conflitos a serem rompidos para que a inclusão seja vivida de fato nas escolas.

Falar em romper com os conflitos decorrentes do convívio com o ‘diferente’ não está a defender que todos sejam tratados de igual modo, pois é importante considerar as particularidades existentes em cada um de nós sem comportamento discriminatórios, até mesmo porque não é nem possível nem necessário

homogeneizar a todos, bastando apenas que trabalhemos a educação com respeito às diferenças e valorização do outro, considerando as qualidades, defeitos, limitações, diferenças e/ou deficiência(s).

Dessa forma, mediante tudo que discutimos, nós ressaltamos que a esperança para o alcance de um ambiente escolar inclusivo e demais espaços sociais, começa em cada um de nós. Em relação à educação escolar, é necessário que a escola seja pensada e estruturada em cada instituição, considerando os estudantes e suas especificidades, a fim de alcançar seu principal objetivo, que deve ir além de legitimar o acesso dos estudantes aos seus espaços físicos, mas permitir que os estudantes constituam a si mesmos em momentos favoráveis de aprendizagens e de interações.

Freire (1996) enfatiza a necessidade de o professor assumir-se como um ser pensante participativo, conduzindo ações que valorizam as diferenças, que perceba as dificuldades, mas não se paralise diante delas. Sendo perseverante, transformando-se em um educador democrático, que trilhe sua prática, em busca da conquista de sua independência, como também a do aluno.

No que tange à inclusão e à diversidade, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem contribuído muito no atendimento de estudantes nas salas de recursos multifuncionais e na orientação de atividades e dinâmicas a serem realizadas nas salas de aula do ensino comum. Outro fator considerado como de grande relevância na construção de uma sociedade inclusiva é a formação continuada de profissionais e sujeitos que constituem a comunidade escolar. Neste aspecto, tomar como responsabilidade a formação de cidadãos críticos, éticos e respeitosos possibilita a diminuição de grande parte dos conflitos sociais existentes; assim, seria possível com a busca de conhecimentos, eliminar muitas atitudes que excluem sujeitos de espaços sociais em detrimento às suas diferenças. Portanto, “o momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2005, p. 101).

## REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró: [s.n.], 2015.

BOGDAN, Roberto C. BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa na educação:** uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão:** Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (outubro de 2007). [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf) • Decreto no. 7.611/2011 • Decreto nº 7.612 /2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em 03 de mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 04 de mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 7.611/2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em <<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#todas>>. Acesso em 04 de jan. 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa:** uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2008.



SAPON-SHEVIN, Mara. Celebrando a diversidade, criando a comunidade: o currículo que honra as diferenças baseando-se nelas. In: STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p. 288-305.

SZYMANSKI, Heloisa (org.) **A entrevista na pesquisa em Educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano, 2002.